

Tuma entrega na 2ª explicações à Justiça

O diretor-geral disse estar contente porque a operação deu certo e não houve reações

O delegado Romeu Tuma, diretor-geral da Polícia Federal, vai entregar segunda-feira ao juiz João Batista de Aguiar, da 7ª Vara Federal de Brasília, as suas explicações sobre o trabalho dos agentes e delegados federais para a retirada dos garimpeiros das terras dos Ianomamis. Tuma foi ameaçado de prisão pelo procurador da República, Eugênio Aragão, porque teria descumprido a ordem judicial e feito um acordo com os garimpeiros permitindo que se instalassem nas florestas nacionais de Roraima.

Tuma explicou que voltou para Brasília contente, pois a retirada deu certo e não houve choques ou reação por parte dos garimpeiros, mas ficou surpreso ao tomar conhecimento da decisão do procurador. "Eu agi corretamente, pois foi um trabalho com estudo de opções. Se os tirasse com violência, não sei o que poderia acontecer. Nós tínhamos o cronograma da retirada por etapas e cumprimos a primeira até com tranquilidade", afirmou.

Para o diretor da Polícia Federal, o procurador da República fez a ameaça por não ter analisado a situação e não ter vivido o clima no local dos fatos. Os garimpeiros chegaram a forçar o portão de entrada da casa do bispo e eu sai da reunião e pedi que se retirassem e graças a Deus fui atendido. Eles estavam dispostos a tudo, pois diziam ser dom Mongiano o responsável", acrescentou.

Dizendo não ter cometido nenhum ato contra as ordens do Poder Judiciário e do Ministério Público, Romeu Tuma explicou ser um policial de carreira há 35 anos que sempre foi responsável em suas atribuições e no cumprimento dos atos da Justiça. "Não tinha como tirar todo aquele pessoal e mandá-lo para a cidade. A atividade do garimpeiro não é ilegal e hoje (ontem) recebi um apelo da Associação Comercial de Roraima que se manifestou favorável ao garimpo, mas quer os garimpeiros fora da cidade, pois temem saques e assaltos", afirmou Tuma.

Depois de reunir-se com o presidente da Fundação Nacional do Índio, Íris Pedro de Oliveira, ontem, na Superintendência da Polícia Federal, ambos chegaram à conclusão de que vão continuar cumprindo a liminar da 7ª Vara da Justiça Federal, que determinou a retirada dos garimpeiros das terras dos índios Ianomamis, em Roraima. Tuma afirmou que sua tarefa nada tem que ver com a decisão do governo federal de transferir os garimpeiros para as florestas nacionais. Ele acrescentou que não lhe cabe entrar no mérito legal da decisão do governo de mudar os garimpeiros de lugar. "Vamos tirar os garimpeiros das áreas indígenas e aí é o fim da nossa tarefa", esclareceu.



Renato dos Anjos/AE-14/6/89

Floresta em Roraima: exploração econômica

Floresta foi criada em 1965

BRASÍLIA — A figura legal da floresta nacional foi instituída pelo Código Florestal, em 15 de setembro de 1965 (Lei nº 4.771). No artigo 5º, fica estabelecido que o poder público criou tal tipo de floresta com fins econômicos, técnicos ou sociais. Portanto, a floresta nacional, que pode ser explorada economicamente, não é uma unidade de conservação ambiental e se diferencia do parque nacional e da reserva biológica justamente por essa característica.

Existem hoje no Brasil 29 florestas nacionais. A primeira delas foi criada em Araripe, CE, em 1946. Até a posse do presidente José Sarney, em 1985, os governos não tinham instalado mais do que 19 florestas e,

só no atual governo, foram criadas mais dez, quatro delas por recomendação do programa Nossa Natureza.

A assessoria jurídica do Núcleo de Direitos Indígenas afirma que a multiplicação das florestas nacionais, depois do surgimento do projeto Calha Norte e do Nossa Natureza, mostra o desejo dos setores militares de abrir as terras indígenas para a exploração econômica. "A floresta nacional tem sido a solução mágica para garantir a exploração das áreas indígenas sem ter de passar pelo Congresso", afirmam os assessores. A floresta nacional de Roraima, para onde irão os garimpeiros, tem 2,6 milhões de hectares e é rica em ouro, diamante, cassiterita, prata, cobre e molibdênio.

Venezuela diz que não admite invasão

CARACAS — O ministro da Defesa da Venezuela, general Filmo Lopez Uzcategui, disse ontem em entrevista coletiva em Caracas que as Forças Armadas de seu país lutarão contra uma nova invasão de garimpeiros brasileiros que vêm explorando de forma indiscriminada as riquezas da Venezuela. "Já fizemos várias operações para retirar e para evitar que esses indivíduos continuem entrando no país para fazer seu trabalho", afirmou o ministro, que não comentou a acusação de que empresas inglesas estão financiando os garimpeiros. A



Reuter

Uzcategui: advertência

acusação foi feita pelo presidente da Comissão de Defesa da Câmara dos Deputados da Venezuela, Donald Ramirez. Para o ministro, cabe a outras autoridades investigar as acusações. Numa entrevista publicada ontem num jornal venezuelano, o deputado disse não saber o nome das empresas, mas afirma serem elas que

financiam a atividade dos garimpeiros brasileiros na região. "Por consequência, o ouro é finalmente recebido por eles, como pagamento pelo financiamento e pelos equipamentos que são fornecidos".

Juíza manda fechar estrada no Amazonas

BRASÍLIA — A juíza Seline Maria de Almeida, da 4ª Vara de Justiça Federal, concedeu liminar determinando a interdição da estrada de 38 quilômetros construída pela empresa Timbó, de indústria e mineração, subsidiária da Paranapanema, na reserva indígena dos ualmiri-atroari, no Amazonas. "Embora houvesse pareceres contrários, a Fundação Nacional do Índio permitiu a construção da estrada no exclusivo interesse da empresa", afirmou a juíza em seu despacho. A liminar determina que a Timbó interrompa imediatamente a utilização daquela via, sob pena de multa diária de mil BTNs (NCZ\$ 10,9 mil). Os infratores também podem ser presos.